

# **“O Templário”, Jornal Maçônico Pelotense: Uma Visão Sobre a Maçonaria, o Positivismo e a Educação nos Primeiros Anos do Século XX.<sup>1</sup>**

*Giana Lange Amaral<sup>2</sup>*

## **Resumo**

A partir da análise do periódico maçônico pelotense “O Templário”, são abordados, neste artigo, aspectos do conflito político-ideológico travado entre a Maçonaria e a Igreja Católica no início deste século, assim como seus desdobramentos no campo educacional. Desta forma é destacada a influência da teoria positivista junto ao ideário maçônico, seus pontos em comum e contradições, especialmente no que se refere à educação.

**Palavras-chave:** maçonomia, positivismo, educação

## **Abstract**

Starting from the analysis of the newspaper masonic of Pelotas “O Templário” are mentioned in this article aspects of the political-ideological conflict joined between the Masonary and the Catholic Church in this century beginning as its consequence in the education. Being like this is outstanding the influence of the positivism’s theory in relation to the masonic ideas its points in common and contraries, especialli about education.

**Keywords:** masonary, positivism, education

---

<sup>1</sup> Este artigo tem por base algumas análises que fizeram parte de minha dissertação de mestrado - “Gymnasio Pelotense: a concretização de um ideal maçônico no campo educacional” - defendida, em 1998, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Mal. Deodoro, nº 612 Pelotas, RS - CEP 96200020. Fone: 0532-279328

## 1. Introdução

Um assunto muito pouco tratado pela historiografia, mas de fundamental importância na compreensão da História da Educação no Rio Grande do Sul, é o estudo do conflito político-ideológico travado entre a Maçonaria e a Igreja Católica, no início deste século, bem como seus desdobramentos no campo educacional. Em Pelotas, cidade que até hoje se destaca pelo seu desenvolvimento cultural e educacional, a educação representou um campo estratégico na disputa pelo poder entre estas duas instituições. Neste sentido, serão abordados a seguir alguns aspectos deste conflito assim como a influência da ideologia positivista junto à Maçonaria, que acabou por respaldar a postura desta instituição, especialmente no que tange à educação.

Convém salientar que, geralmente, as relações entre a Igreja Católica e a Maçonaria são analisadas a partir de posicionamentos muito divergentes entre maçonólogos, historiadores e autores ligados a estas duas instituições.<sup>3</sup> A Igreja e a Maçonaria, desde o período medieval, estiveram sempre muito próximas, embora tenham sido ora aliadas, ora adversárias. Ao longo da história, suas relações foram muito mais marcadas pela hostilidade e divergência de idéias do que pela colaboração ou convivência pacífica.<sup>4</sup>

No período da Maçonaria Operativa, a dos construtores de catedrais, houve franca colaboração entre a Igreja Católica e a Maçonaria. A Igreja chegou, inclusive, a conceder benefícios aos maçons, colocando-os sob sua proteção e isentando-os de obedecerem às leis impostas pelo poder temporal. Para a concretização das obras grandiosas que se propunham a realizar era indispensável a união de suas forças.

---

<sup>3</sup> Por isso foi necessário, neste trabalho de pesquisa, retroceder ao processo evolutivo da Instituição Maçônica, sua relação com a Igreja Católica - que remonta ao período medieval - assim como sua atuação sócio-política no Brasil e, especialmente, em Pelotas.

<sup>4</sup> Os maçonólogos costumam dividir a história da Maçonaria em três períodos distintos: **Maçonaria Tradicional**, **Maçonaria Operativa** e **Maçonaria Especulativa**. A Maçonaria Tradicional tem suas origens na Antiguidade e sobre ela quase nada pode ser comprovado. A Maçonaria Operativa se desenvolve, principalmente, com as corporações medievais, e a Maçonaria Especulativa surge no século XVIII com a fundação da Grande Loja da Inglaterra, que permanece até hoje. Os maçons operativos pertenciam a corporações da Idade Média que guardavam fielmente o segredo da tradição e o conhecimento das construções eclesiásticas góticas. Assim como em outros ofícios, os pedreiros medievais reuniam-se em grêmios ou corporações constituídos pelos graus de aprendiz, companheiro e mestre. O segredo da construção dos arcos em ogiva e das abóbodas por eles sustentadas era transmitido oralmente pelos mestres que o defendiam através de juramentos, rituais iniciáticos, cominação de penas e maldições. Muitos dos atuais usos, costumes, símbolos e rituais maçônicos remontam às práticas dessas corporações.

A Maçonaria operativa foi desmantelando-se entre os séculos XV e XVIII. Com o movimento do Renascimento comercial e cultural europeu e a Reforma religiosa, a arquitetura eclesiástica deixou de ser uma atividade das guildas<sup>5</sup> e desta forma as Lojas<sup>6</sup> caíram em decadência. Sua função se torna desnecessária, pois a arquitetura passou a ser estudada por tratados impressos e não mais dependia dos segredos transmitidos oralmente nas corporações.

Se por um lado o Renascimento e a Reforma prejudicaram o trabalho até então desenvolvido pelas corporações, por outro favoreceu uma nova concepção das atividades que estas antes desempenhavam. Isto, em função do desenvolvimento das artes especulativas, que envolviam análise, pesquisa, reflexão e meditação.

Assim, as Lojas e as corporações deixam de se apresentar como um grupo formado em função de um ofício essencialmente fechado em torno de seus propósitos profissionais. A Maçonaria, para garantir sua sobrevivência, não mais se caracteriza como uma corporação profissional e passa a admitir em suas Lojas pessoas de diversas profissões para, independente de crenças filosóficas ou religiosas, discutirem, principalmente, as últimas idéias científicas. A partir do século XVIII desenvolve-se, então, a Maçonaria Especulativa, Moderna ou Filosófica, que existe até nossos dias.<sup>7</sup>

A Maçonaria Especulativa, no século XVIII, espalhou-se rapidamente pela Europa e América, tornando-se

“o lugar de encontro de homens de certa cultura com inquietações intelectuais, interessados pelo humanismo como fraternidade, acima das separações e oposições sectárias, que tantos sofrimentos haviam causado, a Reforma de uma parte e a Contra-Reforma de outra[...] uma reunião de homens que acreditam em Deus, que respeitam a moral natural e querem conhecer-se e trabalhar juntos apesar da diversidade de suas

---

<sup>5</sup> Associações de corporações medievais.

<sup>6</sup> “Etimologicamente, este vocábulo deriva do sânscrito *loka*, mundo, e efetivamente uma Loja maçônica simboliza o mundo ou o universo. É o lugar ou a reunião em que se congregam os maçons para o trabalho específico”. (Figueiredo, 1996, p.224-225)

<sup>7</sup> Ela surge em 1717, na Inglaterra, quando quatro Lojas de Londres se unem e criam a “Grande Loja”. A publicação, em 1723, das Constituições da Maçonaria, escritas pelo clérigo presbiteriano James Anderson, serviu de suporte para a reorganização e reestruturação dos princípios e trabalhos a serem desenvolvidos pelos maçons. Essas Constituições apresentam as suas fórmulas e tradições baseadas nas Antigas Constituições Góticas, herdadas das Lojas da época operativa. Talvez sua característica mais importante, levando-se em conta a época de sua criação, tenha sido a inexistência de barreiras religiosas e políticas para os que desejassem filiar-se à Ordem. As Constituições de Anderson são até hoje um documento aceito de forma incontestável por todas as Lojas genuinamente maçônicas.

opiniões religiosas e de sua filiação a confissões ou partidos mais ou menos opostos”.<sup>8</sup>

Esta nova concepção maçônica surgida em 1717 provocou sérias críticas e restrições por parte de autoridades eclesiásticas e governamentais, tanto católicas quanto protestantes. A postura da Maçonaria quanto à tolerância religiosa e filosófica e o seu caráter de sociedade secreta, representavam, naquela época, a suspeita de heresia e um risco à manutenção da ordem pública e do *status quo* de muitos governantes europeus.

Mas, se na Europa configurava-se este quadro de enfrentamento religioso e político entre estas duas instituições, o mesmo não podia ser observado no Brasil. Aqui a atividade maçônica desenvolveu-se com o apoio e participação da Igreja e do Estado em função do objetivo comum de proclamar a independência e consolidar o regime monárquico. No período colonial e imperial, a Maçonaria encontrou neste país um terreno fértil para a propagação das idéias iluministas e liberais do século XVIII. Desta forma, os maçons, tendo como lema os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” propugnados pelas revoluções liberais democráticas, tiveram influência decisiva em muitos acontecimentos ligados ao processo de independência, abolição da escravatura e de proclamação e implantação do sistema republicano brasileiro.

O clima de conflito político-ideológico entre a Igreja Católica e a Maçonaria deflagra-se, no Brasil, somente a partir da forte pressão anti-maçônica desencadeada pelo Vaticano no final do século passado. Este conflito torna-se bastante acentuado quando a Maçonaria tratou de usar de sua influência junto à sociedade brasileira para solidificar as determinações políticas da Constituição Republicana, especialmente no que se relacionasse à separação da Igreja e do Estado

## II. “O Templário”- Jornal maçônico Pelotense

“A um povo ignorante e bruto será mais fácil opprimir do que governar; ao contrário, um povo illustrado será mais facilmente governado e difficilmente opprimido”<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Benimeli, 1983, p.56-57.

<sup>9</sup> “O Templário”. 17.01.1920, p.1.

Em Pelotas, cidade que desde o século passado destacava-se pelo elevado nível cultural e educacional, e onde não estava consolidado de forma hegemônica o ultramontanismo<sup>10</sup>, a Maçonaria teve uma marcante participação política e social. Envolveu-se ativamente não só com problemas nacionais mas, também, com as aspirações e necessidades da comunidade, embora buscasse congregar, principalmente, os interesses da elite pelotense e do que se pode considerar uma emergente classe média.

A Maçonaria pelotense editou durante os anos 20 e 30 o periódico “O Templário”, que representou um importante meio de divulgação de suas idéias, exercendo considerável influência junto à opinião pública, já que tinha ampla e livre circulação, não sendo dirigido somente a maçons.

Este periódico foi criado em janeiro de 1920 pela “Lojas Unidas”, tendo sido impresso regularmente (exceto no ano de 1921), mensal ou quinzenalmente, até meados da década de 30. Por muitos anos foi distribuído gratuitamente e, por não veicular anúncios comerciais, era impresso graças a doações de simpatizantes e a recursos da Maçonaria de Pelotas e de municípios da região sul.<sup>11</sup>

Esse periódico surgiu num momento em que a Maçonaria ainda se encontrava muito ligada aos acontecimentos históricos do país e exercia forte pressão e influência sobre as mudanças na política desenvolvida em nível regional e nacional. Baseado nos ideais maçônicos de liberdade de consciência e livre exame, “O Templário” propunha-se a difundir “*todos os conhecimentos úteis e capazes de melhorar o meio social [...] perseguindo sem pausas o erro e o vício, combatendo sem tréguas a ignorância e a mentira*”<sup>12</sup>. Representava um instrumento não só de difusão dos ideais maçônicos, mas também de acusação aos arbítrios cometidos pelo romanismo, utilizando uma linguagem irônica e muitas vezes pouco sutil de indignada denúncia direta e ríspida contra o clero e as instituições a ele ligadas. Neste período, os católicos pelotenses também tinham, por meio do periódico “A Palavra”, o seu veículo de influência junto à opinião pública.

Mas o objetivo do “Templário” não era apenas combater a Igreja. Em suas páginas havia espaço para a publicação de artigos de maçons ou profanos simpatizantes da causa. Eram abordados assuntos que interessavam à Ordem e à comunidade em geral, sendo enfocadas questões

<sup>10</sup> Doutrina que defende o poder absoluto do Papa, tanto no aspecto espiritual quanto no temporal.

<sup>11</sup> Em 1925 sua tiragem era de 2.500 exemplares por edição. (Felippe, 1925, p.26)

<sup>12</sup> “O Templário” 17.01.1920, p. 1; 15.11.1921, p.1.

de cunho social<sup>13</sup> (educação, situação feminina, combate ao alcoolismo, causa operária, divórcio, política nacional e internacional, etc.), assuntos espiritualistas e, é claro, anedotas, contos e descrições anticlericais. É curioso observar que ele veiculava posicionamentos de uma sociedade que se auto-definia como de “existência discreta” e que, *a priori*, não deveria manifestar sua postura política:

“o trabalho maçônico é feito sempre em silêncio, em recolhimento, sem alarde. Não queremos palmas ou aplausos, porque o trabalho em prol da humanidade é um dever maçônico e o maçom que cumpre com o seu dever não é louvado: cumpriu uma obrigação. Aquele que deixar de assim proceder descuroou de sua tarefa”<sup>14</sup>.

No entanto, a própria história nos comprova que a participação política da Maçonaria mostrou-se decisiva em vários acontecimentos. E, neste início de século, identifica-se pelo menos dois motivos que poderiam ter levado esta instituição a tornar público seus objetivos e posicionamentos: a vigorosa política antimaçônica propagada pelo ultramontanismo católico e a necessidade de mudanças políticas e sociais, defendidas pela Maçonaria e que não foram contempladas com o processo desencadeado pela proclamação da república.

Nas páginas de “O Templário” é constante a identificação dos problemas que afligem a sociedade brasileira do início do século. Neste contexto, a Igreja Católica é apontada como a instituição que mais contribuía para a construção de uma mentalidade arcaica que levava o país ao atraso e à dependência externa. Segundo os maçons, o clero, através de sua ação pastoral, e, especialmente a Companhia de Jesus, atuando junto à educação das elites, sedimentava conceitos e condutas que perpetuavam uma organização social típica de um país colonizado, pré-industrial.

A Maçonaria, através de seu periódico, propõe a discussão de temas que seriam responsáveis pelas concepções retrógradas que permeavam a sociedade brasileira. Sem pretender transformar a estrutura social, são levantadas questões que contrariavam o estabelecido pelo clericalismo vigente. É interessante observar-se a atualidade dos enfoques dados a assuntos como a questão feminina, o divórcio, o alcoolismo, o espiritualismo. Mas é preciso ter claro que certos posicionamentos,

<sup>13</sup> Os temas de interesse social a serem debatidos e a merecerem atenção da Maçonaria eram propostos nos Congressos de Veneráveis. Tendo a participação de representantes de todas as Lojas gaúchas, deles saíam determinações a serem cumpridas por todos ligados à ordem maçônica.

<sup>14</sup> “O Templário” 27.06.1935 p.3.

considerados avançados para a época, devem-se basicamente à ferrenha oposição aos valores católicos arraigados à cultura brasileira. Isto justifica as “posturas feministas”, aparentemente bastante abertas, vindas de uma instituição essencialmente masculina e tão ligada ao Positivismo. E justifica, também, o modelo educacional almejado pelos maçons.

### III. O positivismo e o ideal educacional maçônico

“Educar o povo é preparar o futuro da Nação. É assegurar a integridade de seu solo e das suas instituições. É manter o regime de Ordem e Progresso.”<sup>15</sup>

A Instituição Maçônica utilizou-se de muitos aspectos da teoria positivista para fundamentar as influências ideológicas próprias de sua esfera de interesse. Os textos escritos por maçons têm como característica - até nos dias atuais - o uso de um vocabulário recheado de palavras fortes, carregadas de traços doutrinários e retóricos. Ao lê-los, temos a impressão de que estamos diante de um discurso cuja intenção maior é o convencimento de seu valor “em prol da humanidade”. Inspirados nos autores positivistas, tinham por objetivo conquistar os leitores ou ouvintes “pelo coração”. T tamanha capacidade de argumentação justifica a facilidade com que conseguiam, na época, angariar fundos para causas coletivas, como a educação, a saúde e a proteção aos desvalidos da sorte (órfãos, indigentes, etc.).

As idéias positivistas de separação entre a Igreja e o Estado, de liberdade espiritual, de valorização da tradição, da família, do dever, da hierarquia social, serviram de sustentáculo aos propósitos defendidos pela Maçonaria, sobretudo no campo educacional. Torna-se, portanto, necessário situar, no contexto deste início de século, a influência desta corrente ideológica sobre a Maçonaria.

Em nosso país o Positivismo inspirou e influenciou a vida intelectual e política durante o século passado e início deste. Mas foi no Rio Grande do Sul, com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense, que a ideologia positivista obteve maior penetração, apresentando características bastante peculiares. As idéias comtianas, adaptadas à estrutura político-administrativa gaúcha e à figura do líder Júlio de Castilhos, originaram o

---

<sup>15</sup> “O Templário” 31.08.1927

“Castilhismo”, que dominou o cenário político deste estado durante a República Velha<sup>16</sup>.

O programa do Partido Castilhista e sua cosmovisão política apresentam como pontos fundamentais: a obediência ao comando dos chefes que, através de um programa e de uma rígida disciplina assentam orientações que devem ser seguidas sem restrições pela massa partidária; a fraternidade universal, que se daria pelo reconhecimento das liberdades espirituais, políticas e civís (completa abstenção por parte do governo de toda ingerência no domínio das crenças e doutrinas), pela preponderância da vida pacífico-industrial - desenvolvimento sem mobilização social -, pela abolição das guerras de conquista e extinção de todo espírito militar; unidade da pátria brasileira, através do sistema republicano federativo; garantia da ordem social, através de leis que assegurem a livre evolução moral, intelectual e material do país, no sentido da emancipação completa do indivíduo e da sociedade; defesa do voto “a descoberto”; regime de 8 horas de trabalho; direito de greve.<sup>17</sup>

É importante salientar que o Positivismo, como corrente ideológica, apresenta desvios que variaram de acordo com os interesses materiais e políticos de seus adeptos, bem como com os modismos intelectuais de cada período. Isto se revelou numa “constante mudança de ênfases, omissão de temas e empréstimos intelectuais”<sup>18</sup>. É necessário se ter claro, portanto, a relatividade dos parâmetros ao se classificar uma obra, autor ou ideologia institucional como positivista.

Esta afirmativa serve bem para situar a postura ideológica da Maçonaria que, movida pelas circunstâncias, utilizou-se de muitos aspectos do positivismo e, por vezes, assumiu posicionamentos aparentemente contrários a esta ideologia para fundamentar seus princípios e sua atuação perante a sociedade.

Sendo assim, a Maçonaria tomou a si a tarefa de identificar os problemas de evolução histórica da nação brasileira; refletindo o ideário positivista, via no aprimoramento sócio-cultural através do ensino, a solução para o quadro negativo em que se encontrava o país. O processo de evolução da sociedade estava condicionado à questão da universalização do ensino elementar que deveria ser público e obrigatório. Mas as classes “inferiores”

---

<sup>16</sup> Período da história brasileira que se estende da Proclamação da República em 1889 a 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil.

<sup>17</sup> Tambara, 1995.

<sup>18</sup> Boeira, 1980, p.36.



do povo deveriam usufruir somente dos benefícios da instrução elementar, pois,

“Si não é possível pôr ao alcance de todas as intelligências as partes mais elevadas da sciencia; si só uma minoria pequena da sociedade pode perceber o complexo dos conhecimentos humanos, si é uma lei natural, constante e permanente a desigualdade das intelligencias (grifo meu); si, finalmente é um sonho pretender o derramamento da sciencia por todas as classes sociaes, se deve derramar aquella instrução, a que puder chegar a intelligencia do homem na situação que a ordem social lhe assignala entre os seus semelhantes.”<sup>19</sup>

A idéia de o ensino elementar ser público e obrigatório passou a ser uma das bandeiras de luta da Maçonaria, mormente a partir do primeiro decênio deste século. Esta sua postura era reflexo direto do anti-clericalismo vigente (especialmente do combate às concepções teológicas e metafísicas da educação jesuítica), sendo uma forma de diminuir a influência das escolas particulares confessionais.

No campo educacional os positivistas e maçons contestavam a prática pedagógica jesuítica, considerada por eles excessivamente humanística, bacharelesca, desvinculada da realidade. Propunham o desenvolvimento de um sistema de ensino baseado no método experimental, de caráter mais técnico, onde houvesse o privilégio da prática sobre a teoria.

A Maçonaria manifestava-se da seguinte forma em relação à educação:

“Queremos a instrução, mas a instrução laica, a instrução livre, sem as peias do dogmatismo tortuoso e obscuro que tem servido e só serve para lançar a confusão nos cérebros adolescentes e embaraços á sciencia. A maçonaria aconselha as escolas de sciencia positiva e condemna as dogmaticas, cheias de emmaranhados em que os próprios professores por muito expertos que sejam se veem enredados.

Não se supponha com isso que a maçonaria seja antireligiosa. Ella, ao contrario, exige que seus filiados creiam, pelo menos, em Deus: não acceta um atheu, mas não se confórma que numa escola, onde possam haver creanças de diversos crédos

<sup>19</sup> “O Templário” 31.08.1927, p. 1.

religiosos, sejam ministrados a essas creanças ensinamentos referentes a um só crêdo. Bastaria ali haver sómente uma creança de crêdo religioso diferente das demais, para que isso não devesse ser admittido. A Maçonaria considera a liberdade de pensar acima de tudo e combaterá sempre e com todo o ardor contra o escravismo da consciencia.

O ensino da religião é no lar, pertence aos paes. Nas escolas só as sciencias positivas.”<sup>20</sup>

O posicionamento da Maçonaria em relação à educação e sua luta pelo ensino público, contra o analfabetismo e em prol da obrigatoriedade do ensino primário, já é apresentada nos quatro primeiros números de “O Templário”. Os artigos realizam uma crítica em relação ao descaso com que vinha sendo tratada a instrução pública por parte do governo federal. Este, em princípio, responsabilizava-se pelos cursos secundários e superiores, destinados às classes mais abastadas da população, entregando o ensino primário (livre) aos governos estaduais e municipais. Tais governos não se comprometiam na expansão da rede de ensino “*a classe pobre, verdadeiramente produtora e laboriosa e que era excluída dos benefícios da instrução e das vantagens por eles produzidas*”<sup>21</sup>.

A educação elementar estendida a todos os brasileiros não era vista como um caminho para mudanças estruturais da sociedade. Seria, isto sim, um caminho que levaria a uma “*boa ordem e tranqüilidade pública[...], com homens laboriosos que, com perfeito conhecimento dos seus mystéres, conheçam, também os seus deveres e direitos, e saibam alguma cousa do mundo, suas leis e seus sucessos*”.<sup>22</sup>

A instrução desejada pelos maçons seria aquela através da qual cada indivíduo adquirisse os meios de tornar-se mais proveitoso para si e para a sociedade. Tinham presente a idéia de que as crianças que freqüentassem a escola desenvolveriam uma “cultura moral” que as livraria da ociosidade e dos perigos a ela relacionados:

“A simples instrucção de lêr, escrever e contar já abre uma larga porta para a cultura moral. Os homens que tenham aprendido esses princípios já serão mais esclarecidos, mais razoáveis e

<sup>20</sup> “O Templário” 27.06.1935, p. 3.

<sup>21</sup> “O Templário” 17.01.1920, p. 1.

<sup>22</sup> Idem ibidem.

poderão por consequência desempenhar mais facilmente e melhor suas funções”.<sup>23</sup>

O ensino elementar obrigatório seria, portanto, uma forma de produzir trabalhadores mais interados nos modernos processos de produção. A educação era considerada como “*o factor mais importante e eficaz para estabelecer a fraternidade entre os homens*”<sup>24</sup>. Estimulando as diferenças individuais, deveria habilitar a população para assumir os diferentes papéis exigidos pela “nova sociedade”, ou seja, a sociedade industrial emergente. Como se observa a seguir, a educação seria um meio de resguardar os interesses dos proprietários e contribuir na formação de uma sociedade industrial dócil e pacífica:

“Dia a dia as machinas vão substituindo os braços, a força bruta cede lugar aos engenhos. O que acontecerá aos seres lançados de um momento para o outro na dura contingência da luta pela existência?!”

Estancarão ante os complicados aparelhos que não saberão movimentar por lhes faltar a luz que se adquire nos bancos dos collegios [...] Na officina não se tramarão mais greves, porque todo o operário saberá e poderá acceitar o que lhe convém, porque para tal terá aparelhada a razão no valor equitativo do trabalho”.<sup>25</sup>

Sendo assim, a instrução elementar estendida a todos os brasileiros, resultaria na “ordem e progresso” tão propalada pelo nascente sistema democrático republicano brasileiro.

Cabe ressaltar que, nesta época, percebe-se um claro desinteresse político, em todas as instâncias governamentais, no que se refere à modificação da estrutura político-social herdada do período colonial e imperial. Estas insistiam em privilegiar e manter o *status quo* da classe dominante. E o fato de o ensino primário ser livre, não obrigatório, eximia o Estado de uma maior responsabilidade em relação aos altos índices de analfabetismo.

<sup>23</sup> “O Templário” 02.02.1920, p. 1.

<sup>24</sup> “O Templário” 15.02.1928, p. 1.

<sup>25</sup> “O Templário” 02.03.1920, p. 1.

Pelo que foi exposto até aqui, fica evidente o quanto os maçons identificavam-se com o Positivismo, especialmente em relação aos assuntos educacionais. Mas de forma aparentemente contrária, no campo da política, embora vários membros do Partido Republicano Rio-Grandense fossem maçons, as relações entre a Maçonaria e o Castilhismo enfrentavam certa resistência. Tal fato pode ser comprovado pelas manifestações da Maçonaria que se opunham à política estadual que vinha sendo desenvolvida, até mesmo no campo educacional, uma vez que o Castilhismo *“constituiu-se em um dos maiores focos de resistência à obrigatoriedade do ensino, caracterizando-a como uma decisão de forum íntimo, na qual o Estado não devia ter influência [...] (dentro) de uma concepção social na qual coubesse à União apenas o papel de supervisora”*.<sup>26</sup>

A Maçonaria pelotense, através de seu periódico, denunciava constantemente os laços que ainda atrelavam a emergente república ao romanismo:

“Vivemos em um paiz onde a igreja nada tem que ver com o Estado, que, absolutamente, não pode ter nenhuma relação de dependência ou aliança com qualquer seita ou religião.

No entanto, em todos os actos officiaes, em todas as solemnidades, aparece sempre a figura de um bispo ou frade, ora benzendo espadas destinadas á defesa da República, ora abençoando a bandeira nacional, um quartel, ou uma linha de tiro.[...] Tenhamos a verdadeira compreensão de nossos deveres e dentro da tolerância pregada por nossa Ordem, iniciemos uma reacção contra o trabalho de sapa que vem realizando o clero, procurando impôr em nosso paiz o predomínio da igreja romana.”<sup>27</sup>

Esta reação solicitada aos maçons justificava-se pelo fato de que o regime republicano havia consagrado constitucionalmente a separação entre a Igreja e o Estado e a laicização do ensino. Mas na realidade a separação entre o Estado e a Igreja não foi concretizada de forma plena, pois vários políticos continuavam vinculando a sua atuação no governo aos interesses da Igreja Católica, especialmente no que dizia respeito à educação. Defendendo os interesses das escolas confessionais, o Estado acabava por não cumprir o prometido empenho na expansão da rede pública de ensino.

<sup>26</sup> Tambara, 1995, p. 462.

<sup>27</sup> “O Templário” 15.11.1921, p. 1.

## Considerações finais

Como foi exposto, a Maçonaria, no início deste século, assumiu a assertiva positivista de que a solução para os problemas nacionais estavam vinculados à escolarização. É preciso, no entanto, deixar claro que, para esta Instituição, a solução destes problemas não passava por mudanças estruturais na sociedade. Na realidade, a hierarquia social era apontada pela Ordem Maçônica como algo natural e que, se assumida por todos, fazia parte do processo de evolução sócio-econômica, o que referenda sua identificação com a ideologia positivista. Nesse sentido, então, o papel de cada indivíduo no grupo social, quando bem compreendido e aceito, efetivaria, o que chamavam de uma “nova sociedade”. Em suma, a Maçonaria pregava uma remodelação social nos moldes positivistas, ou seja, sem um processo de desestruturação das classes sociais. A “nova sociedade” seria aquela em que imperasse a ordem através de um tutoramento da população por parte daqueles considerados capazes de conduzir os seus destinos - daí sua proximidade com a elite e os grupos em ascensão social. A esta *ordem* corresponderia o *progresso* da nação brasileira.

Nesta perspectiva, à educação formal caberia a tarefa de habilitar a população para desempenhar os diferentes papéis exigidos pela sociedade industrial emergente. Sendo, portanto, a educação um campo estratégico para o exercício de influência e controle sobre a sociedade, era preciso tirá-la da “perniciosa influência” da Igreja Católica, intenção na qual comungavam muitos republicanos, positivistas e maçons. No entanto é importante não perder de vista que, embora houvesse muitas convergências entre a Maçonaria e o Positivismo, entre ambos também havia divergências. Este é o caso, por exemplo, das diferentes posições que assumiram muitos de seus representantes diante da promoção do ensino elementar: para o Positivismo (representado no Rio Grande do Sul pelo castilhismo) este deveria ser livre, ou seja, não obrigatório, o que eximia o Estado da responsabilidade sobre sua oferta e manutenção. Já a Maçonaria defendia a existência do ensino elementar público e obrigatório como forma de garantir o efetivo desempenho da função que delegava à educação formal: manutenção da coesão social e a diminuição da influência das escolas particulares confessionais.

## Referências bibliográficas

- ANNAES DE CONGRESSO MAÇÔNICO, 1º vol. Rio de Janeiro.07 a 13 de Janeiro de 1925.
- ARAÚJO, José C. S. e outros. Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista A Escola (1920-1921). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº3, vol.2. Abril,1998. Ed. da UFPel.
- BENIMELI, J.F. CAPRILE,G. ALBERTON,V. *Maçonaria e Igreja Católica: Ontem, Hoje e Amanhã*. 2º ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- BENIMELI, J.F. Relaciones Iglesia Catolica - Masoneria. In: *História Política da Maçonaria - Anais do 1º Congresso Internacional de História e Geografia*. Rio de Janeiro - 19 a 21 de março de 1981. Academia Maçônica de Letras.
- BOEIRA, N. O Rio Grande de Augusto Comte. In: *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- CARDOSO, C. F., VAINFAS, R (orgs). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de,. Uso do Impresso nas Estratégias Católicas de Conformação do Campo Doutrinário da Pedagogia ( 1931-1935). *Cadernos ANPED*, nº 7, dezembro de 1994.
- DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha - História da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina, PR: Ed. Maçônica "A Trolha" Ltda, 1993. Vols. 1,2,3,4.
- FELIPPE, Rocco. *Relatório da gestão de 1923 a 1924. Loja Fraternidade de Pelotas*. Livraria Commercial - Meira & C. Pelotas. 1924.
- FELIPPE, Rocco. *Relatório da Gestão de 1923 a 1924. Loja Fraternidade de Pelotas*. Livraria Commercial - Meira & C. Pelotas. 1925.
- FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de. *Dicionário de Maçonaria*. Seus Mistérios, Ritos, Filosofia, História. São Paulo: Editora Pensamento, 1996.
- LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e Ideologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo. Nacional, 1967.
- MAIA, Pedro. *Ratio Studiorum - Método Pedagógico dos Jesuítas*. São Paulo, Loyola, 1986.
- "O TEMPLÁRIO" - 1920-1935
- SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *História da Educação: Processos, Práticas e Saberes*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - Educação no Rio grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas, RS: Ed. Universitária, UFPel, 1995
- TAMBARA, Elomar. *A Formação Ideológica do Trabalhador na Diocese de Pelotas - RS: a Consolidação do Ultramontanismo (1910-20)*.

*Cadernos de Educação*. Faculdade de Educação - UFPel ano 5, nº6, junho, 1996.

VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. 2ªed. Brasília: Editora UNB, 1980.